

O TEATRO DA CIVILIZAÇÃO: ELEGÂNCIA E VIOLÊNCIA NA IMPRENSA DO INTERIOR BRASILEIRO

The theater of civilization: elegance and violence in the press of the Brazilian's hinterland

André Azevedo da Fonseca*

RESUMO

A pesquisa analisa os procedimentos teatrais que as elites agrárias, políticas, econômicas e intelectuais do interior de Minas Gerais encenavam no imaginário local para conquistar distinção social, circunscrever os símbolos de prestígio e legitimar o poder sobre a população. Para isso, a partir da perspectiva crítica dos estudos dos imaginários sociais no campo da comunicação e da história cultural, efetuamos uma análise documental da imprensa de uma cidade mineira de médio porte nos anos 40 (séc. XX). Como resultado, apontamos à relação do imaginário de civilização com o empenho de justificar o uso da violência sobre os habitantes indesejáveis, especialmente mendigos, hansenianos e crianças abandonadas.

Palavras-chave: História da imprensa. Violência simbólica. Etiqueta social. Imaginários sociais.

ABSTRACT

The research analyzes the theatrical procedures that the agrarian, political, economic and intellectual elites of Minas Gerais staged onsite imagination to conquer social

* Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). Pós-Doutor em Estudos Culturais pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor e pesquisador no Centro de Educação, Comunicação e Artes (Ceca) da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Autor de *A construção do mito Mário Palmério* (Unesp, 2012). *E-mail:* azevedodafonseca@gmail.com

Data da submissão: 31/março/2014.

Data da aprovação: 9/maio/2014.

Revisão técnica e ortográfica do artigo: Laudicene Ribeiro.

distinction, to limit the symbols of prestige and to legitimate power over the population. For this, from the perspective of critical studies of social imaginary in Communication and Cultural History, we have performed a documental analysis of the press in a midsize city in Minas Gerais in 1940. As a result, we point out the relation of the imaginary of civilization with the commitment to justify the use of violence on the countryside inhabitants, especially beggars, lepers and homeless children.

Keywords: History of the press. Symbolic violence. Social etiquette. Social imaginary.

Introdução

- Vês aquele indivíduo ali sorridente e amável?
- Sim. Que delicadeza!
- Pois aquela amabilidade toda é a sua primeira emboscada!... (FERREIRA, 1928, p. 169).

Uma das características tradicionais da imprensa interiorana de meados do século XX é o uso indiscriminado de adjetivos pomposos que supostamente teriam o efeito de conferir brilho literário à redação das notícias. No jargão jornalístico, essa prática é chamada de nariz de cera, geralmente definida como um “texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia à narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor”. (RIBEIRO, 2003, p. 149).

Contudo, observamos que, ao lado do aparentemente inofensivo maneirismo de estilo, essa prática também se relacionava aos esforços das elites locais para superestimar seu prestígio social, obter capital cultural e, enfim, exercer o poder sobre a sociedade. Como veremos, o empenho para encenar uma vida sofisticada e obter os aplausos da população era um recurso importante para cristalizar a liderança dessas elites e legitimar as violências físicas e simbólicas empreendidas para sustentar o ideal de civilização que formulavam em seu imaginário.

A pesquisa foi realizada no campo interdisciplinar entre a comunicação e história cultural. Nosso interesse se concentra na investigação das práticas e representações sociais, assim como dos imaginários sociais formulados para legitimar a atuação de um grupo social. Como ensina Chartier (1985), estudos dessa natureza procuram compreender as “classificações, divisões e delimitações” firmadas nas lutas simbólicas que buscam atribuir sentido

à realidade. Por meio das representações, explica Chartier (1985, p. 17), os sujeitos forjam modelos de atuação, legitimam projetos e justificam escolhas e condutas. “As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.”

O método empregado foi a análise documental em um conjunto de fontes primárias, constituídas por periódicos da imprensa regional da época estudada. Como lembra Moreira (apud DUARTE, 2005, p. 276), a análise documental consiste em “um conjunto de operações intelectuais que têm como objetivo descrever e representar os documentos de maneira unificada e sistemática para facilitar a sua recuperação”. Mais do que “localizar, identificar, organizar e avaliar textos”, a análise documental contribui para a contextualização, favorece a análise das relações entre os dados obtidos e permite a identificação das similaridades e regularidades, criando, assim, um conjunto orgânico de dados. “Consegue dessa maneira introduzir novas perspectivas em outros ambientes, sem deixar de respeitar a substância original dos documentos.” (MOREIRA apud DUARTE, 2005, p. 276).

Com os dados levantados e sistematizados, procedemos à crítica histórica do documento, tal como propõe Le Goff (1996, p. 545). “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.” Para interpretar o documento histórico, refere o historiador, é preciso investigar as condições em que ele foi produzido e analisar a sua intencionalidade.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1996, p. 547).

No processo de crítica histórica, portanto, as fontes documentais devem ser analisadas para que seus significados aparentes sejam desmistificados, pois esses registros do passado estão sempre e necessariamente carregados de intenções. Como explica Le Goff, o documento é o resultado “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo”. (LE GOFF, 1996, p. 548).

O imaginário de civilização

No início dos anos 40 do séc. passado, a imprensa da cidade de Uberaba, localizada no interior de Minas Gerais, funcionava basicamente para que as elites econômicas, políticas e intelectuais da região do Triângulo Mineiro pudessem trocar elogios públicos entre si. Em um município onde a maior parte da população era pobre, analfabeta¹ e morava no meio rural,² os grupos sociais privilegiados precisavam empreender um esforço considerável para convencer todos e a si mesmos de que Uberaba era uma sociedade próspera, civilizada e metropolitana. Ao mesmo tempo, era preciso demonstrar que essa cidade formidável contava com uma elite altamente instruída, avançada e altruísta, constituída por cidadãos exemplares que possuíam todas as virtudes necessárias para a administração pública. Dessa forma, os jornais locais se tornaram verdadeiros palcos para uma encenação permanente de um restrito círculo de atores sociais em busca de consideração, estima e prestígio. Se o Estado Novo havia abolido as eleições e silenciado a política partidária, os atores sociais não deixaram de desenvolver dinâmicas mais plásticas, maleáveis e engenhosas de fazer política.

À primeira vista, podemos observar que o conteúdo editorial dos principais jornais uberabenses do início dos anos 40 (séc. XX) limitava-se ao registro de inofensivos eventos sociais, tais como: inaugurações, cerimônias, aniversários, noivados, casamentos, bodas, falecimentos, viagens, colações de grau, além das notícias esportivas e dos comunicados da prefeitura. Em geral, os artigos assinados tratavam dos mais variados assuntos livrescos ou procuravam expressar o ufanismo das elites locais. Os dois únicos problemas sociais que vez ou outra apareciam na imprensa eram, em primeiro lugar, o número excessivo de leprosos e de crianças abandonadas que perambulava pela cidade pedindo esmola; e, em seguida, as constantes interrupções no precário sistema de fornecimento de água e energia ao município.

Contudo, no pano de fundo de todo esse noticiário, os jornais jamais deixaram de cumprir as funções primordiais de enaltecer as virtudes morais das elites e formar uma imagem superestimada das potencialidades da cidade. Na prática, o jornalismo uberabense era pouco mais que uma infundável coluna social que, longe de expressar uma delicadeza desinteressada, funcionava como uma bolsa de valores onde se especulava a cotação das reputações pessoais. E era precisamente essa função que

¹ Em Minas Gerais, apenas 38,8% da população adulta era considerada alfabetizada em 1940. (IBGE, 1946).

² Em Minas Gerais, a agricultura, a pecuária, as atividades domésticas ou escolares ocupavam 83% da população adulta em 1940. (IBGE, 1946).

tornava a imprensa indispensável aos projetos políticos daqueles grupos sociais à procura de legitimação, pois os jornais eram um dos principais palcos onde eles desempenhavam o seu poder simbólico sobre a sociedade.

As elites urbanas – industriais, proprietários, comerciantes, altos funcionários públicos e profissionais liberais – procuravam periodicamente os jornais para que os redatores noticiassem seu caráter bondoso e expressassem publicamente um julgamento favorável à sua conduta social e familiar. Com isso, verificamos que esses personagens buscavam obter admiração pública pela ostentação adocicada de seu poderio – ou seja, eles não queriam distinguir-se apenas como pessoas abastadas, mas abastadas e caridosas.

Como defende Bourdieu (2004), uma classe social não se define apenas pela sua posição na estrutura social, mas igualmente pelo fato de que seus membros se envolvem conscientemente em relações simbólicas com os indivíduos de outras classes. Através de nuances em diversos aspectos das relações sociais, as elites procuram impor suas “diferenças de situação e posição” até transformá-las em “distinções significantes”. Assim, por meio das “marcas de distinção”, os sujeitos definem para si e para os outros o papel que cabe a cada um na “ordem cultural” da sociedade.

No século XIX, aquela cidade experimentara uma era de relativa prosperidade comercial, sobretudo devido ao *status* de terminal ferroviário e de ponto de passagem obrigatório para o sertão. No entanto, devido a uma série de fatores regionais, a partir do início do século XX, passou a sofrer uma vertiginosa decadência urbana e foi levada a concentrar sua economia na atividade rural (REZENDE, 1983) – fato que não deixou de provocar ressentimentos nas minoritárias elites urbanas. Nesse contexto, verificamos que a necessidade de forjar a imagem de uma elite civilizada, culta e elegante nessa pequena cidade ilhada por pastagens de gado pode ser observada em quase todas as notícias de eventos sociais publicadas no diário *Lavoura e Comércio*. Um exemplo disso pode ser encontrado na cobertura da inauguração da nova sede do Jóquei Clube, na virada do Ano-Novo de 1940.

Uberaba assistiu na noite de 31 de dezembro a mais deslumbrante parada de elegância e bom gosto, ao realizar a sua maior festa social com a inauguração da nova sede do Jóquei Clube. Os salões daquela sociedade receberam, na última noite do ano, o que Uberaba possui de mais representativo e de maior destaque na sua elite, numa cooperação magnífica entre a beleza e a magnificência das toilettes, as mais vistosas e as mais caras, e a suntuosidade do salão do Jóquei Clube, motivo de admiração de quantos o visitavam naquele instante e compreendiam a dádiva estupenda que os dinâmicos diretores de

nossa principal sociedade recreativa legaram à nossa cidade, tornando-a possuidora de um ponto de reuniões igual ao dos grandes centros do país. (FOI..., 1940).

Nesse discurso que procurava construir e demarcar o espaço das elites na ordem cultural da sociedade, havia uma forte tendência para supervalorizar tudo aquilo que pudesse servir como marcas de distinção desses grupos de *status*. Para Bourdieu (2004), o grupo de *status* diz respeito aos modos de apresentação social e aos “privilégios honoríficos” que se traduzem no uso de determinadas roupas, no ato de frequentar determinados lugares, no consumo de iguarias específicas, no lazer ostentatório e nas regras que normatizam as trocas sociais. Ou seja, os grupos de *status* se distinguem de acordo com a “arte de bem consumir” e pelo “estilo de vida” que simboliza a posição diferencial dos agentes na estrutura social.

Dessa forma, cada evento social realizado, cada empreendimento inaugurado ou cada colação de grau efetuada nas escolas da cidade eram apresentados como exemplos da eminente guinada daquele município rumo aos mais altos estágios da civilização. Todavia, em um contexto de pobreza urbana que constituía a realidade daquela cidade, a maneira encontrada pelos redatores para expressarem esse imaginário era carregar na retórica e projetar a tão almejada modernidade da cidade para o campo das possibilidades. “A construção do prédio do Jóquei Clube representa uma etapa inicial da escalada que Uberaba está fazendo às nuvens” – registrou o jornal. (A INAUGURAÇÃO..., 1940, p. 1).

Para ilustrar o espírito arrojado dos admiráveis uberabenses, era necessário criar a impressão de uma sociedade dotada de uma elite profissional à altura das aspirações civilizatórias do imaginário local. Assim, os redatores se empenharam em prodigalizar elogios a todo conterrâneo responsável por qualquer edificação efetuada na cidade. Um exemplo dessa dinâmica pode ser encontrado nos louvores que o *Lavoura e Comércio* endereçou ao construtor João Laterza, afirmando que ele realizara, com o “palácio maravilhoso” do Jóquei Clube, uma verdadeira “obra de beleza arquitetônica”:

Fiquei encantado com a nova obra de João Laterza. Fiquei encantado e cheio de orgulho de possuí-lo como meu conterrâneo [...]. Considerava-o um moço operoso e inteligente. De inteligência trepidante e de espírito arrojado e de iniciativas audazes. Mas não o julgava – com sinceridade – capaz de uma consecução da envergadura da nova sede da aristocrática sociedade uberabense. (LATERZA, 1940, p. 5).

Fernando Terra, diretor do Jóquei Clube, também foi exaustivamente lisonjeado:

Fernando Terra, aliás, é caracteristicamente, um dinâmico cerebral e um voluptuoso das realizações utilitárias e civilizadoras. Basta lançar um golpe de vistas sobre a sua vida pública, para colher-se, sem esforço algum, a convicção de que “servir” é o traço vinculante de sua personalidade. Não sabe ser inerte e muito menos decorativo nos postos, quase sempre espinhosos e árdus, que se lhe dão. Deixa de sua passagem por eles vincos profundos e luminosos, marcas indelévels de inteligência criadora e de incomum espírito prático e combativo. (ESSE..., 1940, p. 1).

Com esse trecho, observamos com nitidez o traço moral que caracterizava a distinção pública nessa cidade. Fernando Terra – diretor daquilo que o jornal chamava de “sede da aristocrática sociedade uberabense” – não era apenas um “dinâmico cerebral e um voluptuoso das realizações utilitárias e civilizadoras”; mas era, acima de tudo, um homem de espírito *prático e combativo*, que estava sempre disposto a ocupar cargos “espinhosos e árdus” unicamente para *servir* à vida pública. Ou seja, o prestígio de que era depositário não era resultado apenas de sua posição social ou de sua competência profissional, mas, sobretudo, de seu caráter abnegado e altruísta, de sua bondade pessoal e de sua disposição para servir.

Desse modo, para que um membro das elites uberabenses pleiteasse estima social, verificamos que não bastava ostentar suas posses de forma isolada, mas era preciso agregar à sua imagem alguns elementos morais que afixassem a admiração pública da qual se pretendia merecedor. Assim, na coluna social no *Lavoura e Comércio*, todo industrial, negociante, proprietário, advogado, farmacêutico, bancário ou funcionário público elogiado por ocasião de seu aniversário era invariavelmente: “ilustre”, “digno”, “conceituado”, “acreditado”, “abalizado”, “adiantado”, “correto”, “insigne”, “distinto”, “ilustrado”, “brilhante”, “proficiente”, “competente”, “laborioso”, “cavalheiro”, “estimado” e “benquisto”. Em geral, todas as pessoas desfrutavam de “elevado grau de consideração” no seio da sociedade uberabense e contavam com um grande círculo de amigos e admiradores.

Silvio Carreto, por exemplo, era um “abastado negociante” que desfrutava de estima na sociedade “em consequência de seus dotes morais”. (SOCIAIS, 1956, p. 5). Orlando Bruno, grande industrial da cidade, era um moço de “belos predicados morais e de coração”, um “honrado e digno chefe de família”, um amigo “serviçal e lealdoso”; por isso, ele pertencia à “galeria

dos homens de real valor de nossa sociedade, a qual tem em elevado apreço a sua pessoa". (SOCIAIS, 1940c, p. 5).

As damas da elite uberabense eram sempre "virtuosas", "distintíssimas" ou possuíam "invejáveis prendas espirituais" e "apreciáveis virtudes morais e domésticas". Por exemplo: a digníssima Carmem Monte Freire, dedicada esposa do estimado comerciante Alfredo Freire, era uma dama "das mais distintas prendas morais e de coração". (SOCIAIS, 1940c, p. 5). Raula de Chirée Jardim, esposa de Quintiliano Jardim, diretor do jornal, era uma "dama das mais acrisoladas prendas morais". (SOCIAIS, 1940e, p. 3). Os filhos de famílias de prestígio eram "distintos", "diletos", "galantes", "inteligentes", "interessantes" ou "talentosos". As meninas e senhorinhas eram "graciosas", "queridas", "galantes", "prendadas", "inteligentes" ou "gentis". A garota Mary, por exemplo, era a "estremecida filha" de Aquilino Lóis, um "considerado" proprietário da cidade. (SOCIAIS, 1940c, p. 5). A "gentilíssima" senhorita Vera Sabino de Freitas, prendada filha do comerciante Fernando Sabino de Freitas, era um "fino ornamento da nossa sociedade". (VIDA..., 1940, p. 2).

A cobertura jornalística dos eventos sociais era toda voltada à retroalimentação daquele circuito de amabilidades que unia as elites locais. Nas notícias do *Lavoura e Comércio*, o palestrante sempre proferia uma "formosa oração de agradecimento"; o discurso era sempre "fulgurante", "magnífico e lapidar", conseguia "empolgar a assistência" e, invariavelmente, terminava em meio a "grandes salvas de palmas". Todas as saudações eram "calorosas" e todo acontecimento era "memorável".

Um aspecto importante que deve ser assinalado é precisamente o caráter circular dos louvores públicos, ou seja, em um verdadeiro sistema de autolegitimação, os membros daqueles grupos adulavam-se uns aos outros e esperavam, dessa forma, ser igualmente elogiados pelos pares. Na transação especulativa de gentilezas mútuas que procurava capitalizar a reputação e o prestígio de todos, as considerações de estima tinham como pressuposto a gratidão e a reciprocidade. Encontramos um bom exemplo dessa dinâmica na notícia de uma restrita reunião do Rotary Clube (REUNIU-SE..., 1940, p. 6) realizada em março de 1940. Nessa ocasião, o jornal *Lavoura e Comércio* foi solenemente homenageado pelos rotarianos. O redator do vespertino, Georges Chirée de Jardim, convidado especial para o encontro, tomou a palavra e, elogiando o Rotary, agradeceu as homenagens que haviam sido prestadas ao jornal. Por conseguinte, em uma verdadeira homenagem àqueles que o haviam homenageado, a notícia que redigiu sobre essa pequena reunião ganhou grande destaque no *Lavoura e Comércio*, ou seja, o Rotary homenageava o *Lavoura e Comércio* e, como forma de gratificação, o jornal noticiava que havia sido homenageado e,

com isso, enaltecia a importância do Rotary e conferia visibilidade social a essa transação.

A estética da caridade

É importante ter a consciência de que essa prática circular de lisonjas públicas não está dissociada de um minucioso projeto de controle social. Baczko (1985) procurou mostrar que o estudo da imaginação social oferece uma contribuição relevante para a compreensão das manifestações de poder. Através dos imaginários, uma coletividade constrói uma representação de si, qualifica a sua identidade, exprime e impõe crenças comuns, organiza a distribuição dos papéis sociais e traça uma espécie de “código de bom comportamento” por meio do estabelecimento de modelos ideais de conduta. Ao manejar símbolos e representações, os grupos de poder guiam ações, canalizam energias e, em última instância, legitimam violências. O controle do imaginário contribui, portanto, para o estabelecimento de uma representação global e totalizante da sociedade como uma *ordem* em que cada elemento encontra o seu “lugar” e a sua razão de ser. A imaginação social torna-se, nessa perspectiva, uma das principais forças reguladoras da vida coletiva. Por isso, o domínio do simbólico constitui-se em instrumento eficaz no exercício da autoridade.

No imaginário daquela sociedade conservadora, um dos procedimentos mais empregados para ser *bem-visto* e *querido* por todos era a ostentação pública de ações caridosas. Desse modo, o tema dos leprosos e das crianças abandonadas que mendigavam pela cidade tornou-se uma oportunidade preciosa para a encenação da imagem piedosa, misericordiosa e filantrópica dos bons cidadãos. É claro que, nas sombras, esse espírito caridoso jamais esteve desvinculado de um discurso policial que procurava expurgar aquelas figuras indesejáveis do convívio social. Como veremos, a relação das elites com os miseráveis foi regida por muitas ambiguidades.

Vejamos o primeiro caso. Em 1940, os jornais uberabenses criavam uma representação terrivelmente assustadora dos leprosos:

São pobres homens, infelizes trapos humanos que perambulam pelas ruas, trazendo pelas rédeas os seus únicos grandes amigos, os únicos que não os abandonam, seus cavalos. Para alguns são eles repulsivos, a outros causam grande comiseração [...]. Mas esses infelizes desgraçados, dignos de toda a piedade e amparo, são perigos ambulantes para a população de uma cidade sujeita ao seu contato, às vezes involuntário. As esmolas que recebem são moedas que voltam, depois, à circulação, trazendo os germes de sua doença e

propagando-a pela mais simples e perigosa das maneiras. Têm-se muita pena em combater o seu intercâmbio com o povo são, mas é preciso preservar esse mesmo povo do lastreamento do mal e defender o estado sanitário da cidade. (ESTÃO..., 1940, p. 2).

Em geral, a solução humanitária que as elites ilustradas apresentavam para combater o problema do alto número de leprosos era expulsá-los da cidade e do convívio das famílias, confinando-os em distantes leprosários. Em 1940, por exemplo, houve uma grande mobilização para que essas pessoas indesejáveis fossem deslocadas, contra a sua própria vontade, para a colônia Santa Izabel, em Belo Horizonte. Por várias vezes o *Lavoura e Comércio* noticiou que um grupo de senhoras “do nosso escol social”, apiedadas com a situação de penúria em que se encontravam os leprosos, estavam se mobilizando para conseguir que os “pobres lázaros” fossem transferidos para Bambuí. (OS LEPROSOS..., 1941, p. 3). Mas o discurso desses cidadãos de bom coração procurava sempre argumentar que essa solução era a melhor opção para o tratamento condigno e, quem sabe, para a cura desses enfermos. Para o *Lavoura e Comércio*, a iniciativa dessas pessoas de bem mostrava “o espírito de altruísmo do nosso povo, que nunca se desmentiu em qualquer movimentos de assistência social”.

A outra preocupação social dizia respeito ao crescente número de crianças desamparadas que perambulavam pelas ruas “implorando a caridade pública e adquirindo vícios e hábitos condenáveis”. De forma análoga ao caso dos leprosos, a solução que as elites encontravam para os menores abandonados era recolhê-los em abrigos públicos. Em 1940, muito se publicou sobre as iniciativas de “um grupo de pessoas, pertencentes à melhor sociedade” que, para agasalhar “os infelizes menores entregues ao azar de um triste destino”, estava organizando uma fundação “de caráter eminentemente filantrópico, patriótico e social”. Os membros da diretoria contavam, para isso, com a “fidalguia” e com o “espírito filantrópico de nossa população que jamais desampara iniciativas dessa ordem”. (FUNDAÇÃO..., 1940a, p. 4). O lema que parecia inspirar a época era: “Para o verdadeiro mendigo, um asilo; para a criança desamparada, um abrigo”. (O PROBLEMA..., 1940, p. 3). Ou seja, para impedir que esses problemas sociais depusessem contra os foros de civilização almejados pela cidade, era preciso recolher das ruas as crianças, os leprosos e os mendigos.

Por isso, em mais um curioso paradoxo, as casas de caridade, por um lado, faziam muito sucesso no imaginário moral da cidade; mas, por outro, essas instituições sempre funcionaram de forma precária e invariavelmente clamavam por doações. E, evidentemente, assistindo a tamanha penúria, as elites misericordiosas jamais perdiam a oportunidade de ostentar sua índole bondosa. Assim, uberabenses de bom coração passaram a cultivar

o hábito de procurar os jornais para anunciar os donativos que vez ou outra concediam às instituições de caridade.

Em uma matéria intitulada “É preciso ajudar as criancinhas” (É PRECISO..., 1940, p. 2), por exemplo, o *Lavoura e Comércio* noticiou que algumas almas caridosas haviam feito doações ao Orfanato Santo Eduardo, das Irmãs Dominicanas. Desse modo, toda a cidade ficou sabendo que Otto Dornfeld oferecera cinco quilos de manteiga, Antonio Pires Bueno doara 50\$ e Lafaiete de Melo contribuía com 100\$. Por ocasião de um culto de saudade de Francisca Cândida Guarita, amigos e parentes subscreveram uma lista de donativos que seria encaminhados às casas de caridade uberabenses. O jornal publicou, um a um, os nomes de cada doador, acompanhados dos respectivos valores. (CULTO..., 1940, p. 3).

A publicação dessas listas de caridosos era um expediente muito comum na imprensa da época. Certa vez, o *Lavoura e Comércio* noticiou que na cidade corria uma lista para angariar donativos para a compra de uma “perna de borracha” para a “infeliz aleijada”, Geny Maria Nunes, cuja foto foi estampada na notícia. Até aquele momento, seis pessoas haviam contribuído com quantias que variavam de 10\$ a 100\$. (UM ATO..., 1940, p. 2). O jornal publicou o nome completo de cada um dos doadores, ao lado dos valores ofertados. Outra vez, publicou-se a lista de pessoas altruístas que haviam feito doações de 10\$ a 50\$ para o “Natal das Telefonistas”. (NATAL..., 1940, p. 3). Em outro caso, sob o título de “Os belos gestos de caridade”. (OS BELOS..., 1941, p. 3), o diário uberabense publicou a lista de filantropos que haviam feito donativos a uma “pobre viúva que está vivendo com seis filhos, na maior miséria”. Assim, ficamos sabendo que Armando Cerqueira, um “conceituado proprietário” da cidade, doara 10\$. Os exemplos são inúmeros. E, a título de comparação, o salário-mínimo recentemente instituído para trabalhadores da indústria e do comércio em Uberaba era de 170\$. (FOI ASSINADO..., 1940, p. 4). A assinatura anual do *Lavoura e Comércio* custava 40\$. O bilhete de cinema no São Luis custava 2\$.

Os fazendeiros e pecuaristas – expressão máxima da elite da cidade – também estavam preocupados em se apresentar como cidadãos exemplares e de nobre caráter. O pecuarista Geraldino Rodrigues da Cunha, ex-agente executivo do município, era descrito como um cidadão de “nobres predicados morais”, um “chefe de família exemplar e amigo dedicado”, além de ser uma das figuras que “mais têm cooperado para o engrandecimento e progresso” da cidade. (SOCIAIS, 1940a, p. 3). Silvio Caetano Borges, um dos “mais abastados fazendeiros e importantes criadores de nosso município”, era uma figura de “acentuada projeção” nos meios sociais. “Pelo seu cavalheirismo, pelas excelentes qualidades de caráter e de coração que é possuidor, [...] desfruta de invejável conceito

no seio da sociedade”. (SOCIAIS, 1940d, p. 5). O Coronel Antonio Rios era um “destacado elemento de nossos meios sociais e adiantado criador em nosso município”. (SOCIAIS, 1940b, p. 5). Osório Adriano da Silva, um “forte pecuarista” e “figura de destaque dos nossos meios sociais”, conta com um “dilatado círculo de amigos e admiradores de suas marcantes qualidades de coração e caráter”. (SOCIAIS, 1940b, p. 5).

Incentivados pelos jornais, os fazendeiros também procuravam ostentar suas ações caridosas para reafirmar a bondade de seu caráter. Para isso, mandavam publicar na imprensa as quantias em dinheiro que, vez ou outra, decidiam doar às instituições filantrópicas. Por exemplo, sob o título de “Os lindos gestos de caridade” (Os LINDOS..., 2007, p. 3), o *Lavoura e Comércio* noticiou que o “estimado fazendeiro” Duarte José de Andrade deixara na redação do jornal o montante de 65\$, que deveria ser destinado ao Leprosário de São Vicente, em Uberaba. Assim, o jornal anunciava para toda a cidade que aquela importância estava “à disposição do tesoureiro daquela benemérita instituição de caridade, que a poderá procurar nesta redação a qualquer hora”. Em outra ocasião, sob o título de “Um gesto de alta filantropia”, o jornal noticiava que João Quintino Teixeira Júnior, um “forte criador em nosso município e de acatada figura de nossa sociedade”, acabara de fazer mais um “importante donativo” para contribuir na construção de um pavilhão de isolamento de portadores de doenças contagiosas da Santa Casa de Misericórdia. Nas palavras do redator, com a doação de 20:000\$ (vinte contos de réis), Quintino consagrava-se como um dos maiores benfeitores da Santa Casa, fazendo jus à “imorredoura gratidão” daqueles que iriam se beneficiar da obra. “Merecem destaque atos semelhantes a esse como páginas de exemplo do bom coração humano, como incentivo àqueles que quiserem seguir o seu exemplo, distribuindo o supérfluo de sua farta messe, com os famintos de alimento e de saúde”. (UM GESTO..., 1941, p. 5).

Em nome da civilização

A representação mais valiosa que circulava no imaginário difundido pela imprensa uberabense nos anos 40 (séc. passado) era a ideia de uma exuberante civilização que irradiava da “metrópole do Triângulo Mineiro” e se alastrava por todo o Brasil Central. Nas descrições dos jornais, a cidade era um “magnífico posto avançado da civilização” (CENTRO..., 1942, p. 2), contava com profissionais que contribuía para o “brilho da nossa civilização” (O CINCOENTENÁRIO..., 1949, p. 1), era composta por pessoas que se davam a “todas as tarefas da civilização” (A INAUGURAÇÃO..., 1940, p. 1), ostentavam benfeitorias que poderiam orgulhar “o mais adiantado centro de civilização” (UBERABA..., 1942, p. 2) e possuíam até mesmo um

jornal “construtor de civilização”. (MENDONÇA, 1948. p. 9). Longe de ser um conceito inofensivo, a defesa da civilização e o discurso de civilidade, polidez e elegância favoreceram a legitimação de uma cidade extremamente hostil àqueles que estavam excluídos dos circuitos da elite.

A palavra *civilização*, explica Starobinski (2001, p. 14), popularizou-se rapidamente a partir do século XVI porque se configurou como um vocábulo capaz de sintetizar um conjunto de conceitos genéricos que já circulavam de maneira múltipla e variada nas sociedades europeias. Assim, expressões como: “abrandamento dos costumes”, “educação dos espíritos”, “desenvolvimento da polidez”, “cultura das artes e das ciências”, “crescimento do comércio e da indústria” e “aquisição das comodidades materiais e do luxo” foram rapidamente aglutinadas, primeiro ao verbo *civilizar* e, em seguida, ao vocábulo *civilização*. O modelo positivista da história, com sua busca pelas etapas da evolução do espírito humano, inspirou a ideia de uma “marcha da civilização” que se daria por meio de uma série de “estados de aperfeiçoamento sucessivos” da humanidade. Na história das ideias, a civilização se confunde, portanto, com a própria acepção moderna de *progresso*.

Contudo, ao nomear de civilização o processo fundamental da história, o vocábulo tornou-se uma sentença normativa para desqualificar os *não civilizados* e os *menos civilizados*. Isso porque civilização e barbárie (e todas as suas analogias) são desses conceitos que passam a existir simultaneamente a fim de se constituírem como opostos. Em outras palavras, é preciso existir a cidade, o urbano e a urbanidade, explica Starobinski (2001), para desqualificar o mundo selvagem ou rural, o rústico e a rusticidade. O descrédito do mundo rural costuma ser explícito nas definições que os dicionários da época clássica dão à civilidade: as maneiras do camponês (*villanus*) são vilania em comparação com os usos da corte (cortesia). Em geral, a forma “honesto, suave e polido de agir” se contradiz com o “caráter vil” (ELIAS, 1995, p. 34) e com as atitudes vulgares atribuídas aos homens do campo, às “pessoas grosseiras” de baixa posição social e aos povos “selvagens”. Ao contrário, os “encantos” de um “espírito cultivado” estariam mais ligados à arte e ao esforço intelectual de homens capazes de “elevar-se acima das necessidades urgentes da vida” e que se tenham “polido” por uma sistemática diligência pessoal. Todas essas ideias foram expressas com entusiasmo no discurso das elites uberabenses dos anos 40 do século passado.

Entretanto, assinalam Elias (1994) e Starobinski (2001), na própria disseminação do conceito nos séculos XVI e XVII, toda uma crítica ao “luxo”, ao “refinamento das maneiras”, à “polidez hipócrita” e à “corrupção provocada pela cultura das artes e das ciências” instalou-se entre filósofos e pensadores sociais. Ao propor a distinção entre a *verdadeira* e a *falsa*

civilização, Mirabeau procurou enfatizar o critério moral da civilidade, cuja ausência faria com que todo código de boas maneiras não passasse de dissimulação. Para ele, a civilização não deveria ser concebida como “abrandamento dos costumes”, “urbanidade” e “polidez”, pois tudo isso não representaria senão “a máscara da virtude e não sua face”. Nas suas palavras: “Foi no seio das sociedades abrandadas por todos os ingredientes que se acaba de citar que nasceu a corrupção da humanidade”. (MIRABEAU apud STAROBINSKI, 2001, p. 19). Assim, ao denunciar o que chamava de “barbárie de nossas civilizações”, Mirabeau argumentava que as nações europeias, além de não abolirem a violência das sociedades “primitivas”, perpetuavam a brutalidade sob aparências enganadoras. “Em lugar de uma barbárie de face descoberta, as civilizações contemporâneas exercem uma violência dissimulada”. (STAROBINSKI, 2001, p. 19).

Em meados do século XVIII, os dicionários já registravam os atributos pejorativos relacionados ao termo *civilidade*: “A civilidade é um certo jargão que os homens estabeleceram para ocultar os maus sentimentos que têm uns pelos outros”; “A civilidade não passa de um comércio contínuo de mentiras engenhosas para se enganar mutuamente.” (STAROBINSKI, 2001, p. 23). Desse modo, ao tornar-se uma “paródia estética das exigências éticas da razão”, a polidez se configura apenas como uma máscara para disfarçar a prática da opressão. Em outras palavras: “O mais infeliz efeito da polidez de praxe é de ensinar a arte de prescindir das virtudes que ela imita”. (DUCLOS apud STAROBINSKI, 2001, p. 31). E, com isso, as boas maneiras e a civilidade deixam o campo livre para “a malevolência, a malignidade, em suma, a violência de que, na realidade, jamais abdicou”. (STAROBINSKI, 2001, p. 24).

Graças à aliança entre esses valores e a ideia de perfectibilidade e progresso, argumenta Starobinski, a palavra *civilização* passou a designar não apenas as noções de refinamento de costumes, de aumento do conhecimento e de melhorias técnicas, mas se envolve em uma aura sagrada, carrega-se de um poder mobilizador e não tarda a suscitar conflitos entre grupos que se autoproclamam seus representantes e reivindicam o monopólio de sua propagação. Um termo carregado de sagrado, prossegue Starobinski, demoniza seu antônimo e se torna um valor incontestável. Desse modo, a disputa política se efetua não mais no sentido de avaliar os defeitos ou os méritos da civilização, mas ela própria se torna o critério por excelência, ou seja, todos os julgamentos serão efetuados em seu nome. “É preciso tomar seu partido, adotar sua causa”. E, inversamente, tudo que não é civilizado, que lhe resiste ou que ameaça a civilização será representado como o mal.

Na excitação da eloquência, torna-se permissível reclamar o sacrifício supremo em nome da civilização. O que significa dizer que o serviço ou a defesa da civilização poderão, eventualmente, legitimar o recurso da violência. O anticivilizado, o bárbaro devem ser postos fora de condição de prejudicar, se não podem ser educados ou convertidos. (STAROBINSKI, 2001, p. 32).

Nas sombras daquele espírito caridoso, portanto, a boa sociedade de Uberaba, em nome da civilização, estabeleceu mecanismos repressivos para ordenar e civilizar o município pela força, extirpando do corpo social tudo aquilo que contrariava os foros de civilidade da cidade. Para uma elite que almejava ser adiantada, requintada e civilizada, a conquista do *refinamento* e da *polidez* era um objetivo muito precioso. Como mostra Starobinski (2001), o conceito de *civilizar* também esteve ligado à ideia de polir, de abolir as asperezas e as irregularidades grosseiras, de apagar a rudeza, suprimir tudo que poderia dar lugar ao atrito, fazendo com que os contatos fossem deslizantes e suaves. No mundo social, polir está ligado à ideia de ornar, suavizar o espírito e os costumes, de tirar as irregularidades, de tornar claro e luzente à força de esfregar. Assim, o tratamento que se dá ao grânulo das coisas e aos indivíduos no processo de polimento não está isento de certa violência – compensada, por sua vez, pelo abrandamento dos costumes e das maneiras.

Desse modo, mendigos e menores de rua eram considerados verdadeiros defeitos na superfície social e deveriam, portanto, ser desinfetados, polidos ou extirpados. Para isso, os uberabenses civilizados, educados e elegantes passaram a contar com os serviços do Coronel José Vargas, o “enérgico delegado de polícia especial”, que iniciou uma campanha de investigação para enquadrar, fichar e expurgar o grande número de “pobres e pedintes que infestam as nossas ruas”. Na opinião do *Lavoura e Comércio*, muitos daqueles mendigos eram, de fato, “criaturas necessitadas e miseráveis”, que dependiam da caridade para viver; contudo, outros deles eram “robustos e capazes” e faziam da mendicância “profissão e meio de exploração, quando poderiam ser úteis à coletividade com seu trabalho”. (VAL..., 1940, p. 2).

A partir dessa fiscalização depuradora empreendida pelo Coronel Vargas, os mendigos que fossem considerados “realmente pobres” e que não conseguissem a assistência dos já superlotados asilos da cidade, receberiam uma ficha policial que os habilitaria a recorrer à caridade pública. Para o *Lavoura e Comércio*, o ideal seria o internamento de todos os mendigos em estabelecimentos apropriados, onde tivessem a assistência coletiva “e livrassem as nossas vias públicas de suas presenças pouco desejadas”. Porém, como a cidade ainda não dispunha dos meios adequados para cuidar

de todos os pedintes, parecia “bastante louvável” aquela determinação do ilustre delegado que, assim, daria “solução provisória a um importante problema social”. O jornal ressaltava que aqueles que fossem pegos pedindo esmolas sem portar a ficha seriam alvo de “severas medidas”.

Os menores abandonados também inspiravam uma forte aversão social no reverso do discurso piedoso. Por exemplo, sob o título de “Moleques destruidores”, o *Lavoura e Comércio* registrou que a cidade tinha um sério problema a resolver:

Trata-se dos garotos desocupados e vadios que infestam as nossas ruas, quer como mendigos, quer como crianças abandonadas ao léu da sorte e que nada tendo que fazer praticam atos de pouca conveniência e mínima educação. Esses meninos assaltam quintais, quebram lâmpadas, sujam janelas, depredam portas e letreiros luminosos. (MOLEQUES..., 1940, p. 3).

Cornélia da Costa Machado era uma das cidadãs indignadas com essa situação, especialmente depois que alguns desses moleques estragaram o “letreiro do nosso já conhecido estabelecimento de cabeleireira”, o “Chic do Triângulo”. Os moradores da Praça Afonso Pena também reclamavam de um grupo de meninos desocupados que havia se especializado em “aborrecer de mil maneiras” os habitantes. “Proferindo palavras de baixo calão, fazendo algazarra, pulando muros e atirando pedras, estes moleques não só põem em polvorosa aquela praça como ameaçam machucar quantos por ali transitam.” (MOLEQUES..., 1942, p. 6). Uma outra turma que infestava a Praça Comendador Quintino ao cair da noite, conta o jornal, formava uma verdadeira legião de desocupados “cujo único escopo é o de incomodar as famílias ali residentes”. Certa vez, um grupo armado de estilingues e munidos de grãos de milho chegara mesmo a fazer de alvo uma senhorita que transitava pela praça. (BOCA..., 1944, p. 5). Desse modo, o jornal apelava para que as autoridades policiais efetuassem um “enérgico corretivo” nesses garotos, pois fatos como esses depunham contra os foros de civilização da cidade.

Segundo a imprensa, centenas de crianças pobres saíam dos bairros suburbanos e vinham pedir esmolas no centro da cidade. Na Praça Rui Barbosa, engraxates se juntavam em algazarra e lutas corporais, rolando pelas calçadas e obrigando os pedestres a transitarem pela rua. “Não se pode entrar hoje em dia num café ou confeitaria sem se ser cercado logo de três ou quatro meninos maltrapilhos, que pedem dinheiro para comprar um pão desde a manhã até a noite”. (O PROBLEMA..., 1948, p. 6). Assim, o *Lavoura e Comércio* clamava para que a cidade se dispusesse a “passar

uma esponja” sobre um aspecto “verdadeiramente deprimente da civilização de nossa terra”, que era o fato de se permitir que crianças “sujas e miseráveis [...] entregues à inclemência da sorte madrasta, exibam pelas ruas os seus andrajos, esmolando alguns níqueis aos transeuntes e formando a súcia dos pequenos vagabundos e delinquentes, na escola de todas as perversões”. (FUNDAÇÃO..., 1940b, p. 5).

Os leprosos eram um caso à parte. Como essa moléstia causava uma sensação de imediata comiseração cristã para com os pobres enfermos, foi necessário todo um processo de racionalização para legitimar a violência aplicada sobre eles. Em primeiro lugar, como observamos, a imprensa veiculava um discurso que procurava transformar aquelas pessoas em “trapos”, “monstros físicos” e “criaturas”. Ou seja, em uma espécie de “hierarquia do ser” (BERGER; LUCKMANN, 1978, p. 139), os hansenianos foram definidos como seres “menos que humanos”. Assim, ao nomeá-los como subumanos, os bons uberabenses se sentiam dispensados de oferecer a eles um tratamento humanitário. Desse modo, estabeleciam uma distinção radical – ou, para usar um termo de Santos (2007), uma “linha abissal” entre “a aristocrática sociedade uberabense” e aqueles “monstros”, as elites eliminavam os obstáculos morais para impor violência: “O mendigo que infesta as nossas vias públicas já é um grande peso morto dentro das nossas possibilidades de progresso e um grave problema que temos a resolver. O mendigo doente é, então, uma verdadeira calamidade pública inútil e prejudicial” – defendia o *Lavoura e Comércio*. (ESTÃO..., 1940, p. 2).

Como vimos, a solução que as elites encontraram para resolver o problema dos leprosos era evacuá-los da cidade, mas, evidentemente, as pessoas enfermas não queriam se afastar de suas famílias, de suas ocupações ou mesmo da mendicância. Assim, a imprensa começou a condenar as esmolas que os bons cidadãos jamais haviam negado aos hansenianos, como forma de pressioná-los a deixarem a cidade. “Favorecendo com donativos os hansenianos, nós tê-lo-emos sempre às nossas portas e eles nunca quererão sair de uma cidade que lhes é tão generosa”. (ESTÃO..., 1940, p. 2). No entanto, tendo em vista o incorrigível “fervor humanitário” dos uberabenses, os jornais precisaram acirrar ainda mais aquele temor da contaminação em massa. Para isso, contaram com o discurso autorizado da própria Sociedade de Medicina e Cirurgia, que se encarregou de alarmar a população acerca da ameaça imposta pelo livre-trânsito de lazarentos pela cidade. Assim, os habitantes passaram a ser advertidos que a cidade corria o risco de alcançar uma “aterradora notoriedade”, pois estava prestes a se tornar um dos maiores centros de lepra do mundo.

Como a contaminação é diária, constante e crescente, torna-se bem previsível a tremenda desgraça que aguarda a população local, dentro do prazo de alguns anos, se medidas enérgicas não forem postas em prática [...]. Então, de nada terá valido o atual esforço progressista dos uberabenses, pois um alto índice de leprosos entre nós seria a morte do nosso progresso. (OS LEPROSOS..., 1941, p. 2).

Em março de 1940, uma nova onda de temor já havia sobressaltado a população, quando o *Lavoura e Comércio* noticiou que um novo grupo de “morféticos” haviam entrado na cidade nas cabeceiras do rio Uberaba. “É preciso medidas enérgicas que coíbam essa migração perniciosa de outros municípios para o nosso”, conclamava o jornal, pois “enquanto nada se faz em favor dos doentes desta terra, pelo menos evitemos que outros centros nos enviem a sua escória física, como se Uberaba fosse um receptáculo de sobras e inutilidades dos municípios circunvizinhos”. (ESTÃO..., 1940, p. 2). O médico Afrânio Rodrigues da Cunha publicou uma carta aberta ao Coronel José Vargas, pedindo que o leprosário local fosse demolido, e os enfermos, imediatamente transferidos. (O PROBLEMA..., 1941, p. 1).

Como vemos, o discurso contra os leprosos, ainda que sempre proferido na perspectiva daquele humanitarismo misericordioso, tornava-se cada vez mais violento. Mas como as coisas não se resolviam, não demorou muito para que a imprensa passasse a ecoar uma série de maledicências anônimas para desmoralizar aqueles mendigos que, apesar de tudo, ainda contavam com alguma compaixão da população. E foi assim que o *Lavoura e Comércio* garantiu, sem citar fontes, que chegara ao seu conhecimento um fato “grave e doloroso”: dizia-se que mocinhas pobres, “vivendo ao léu da sorte, sem recursos de espécie alguma”, estavam cedendo aos “convites licenciosos dos leprosos”, atraídas por ofertas de dinheiro. “E estamos assim diante do perigo enorme de uma extensão imprevisível do mal de Hansen”, completava, lançando mais um apelo ao prefeito Whady Nassif e ao Coronel Vargas para que resolvessem o problema. (UM PROBLEMA..., 1940, p. 2).

Mesmo acuados, os doentes ainda preferiam viver na cidade, quer isolados, próximo dos amigos e familiares; quer na mendicância. Com isso, a imprensa passou a coordenar um novo discurso que procurou criminalizá-los diretamente pelo mal a que submetiam a cidade com a sua presença. Segundo o *Lavoura e Comércio*, a única e necessária “solução radical” era a internação compulsória dos leprosos.

Entretanto, o desgraçado é quase sempre um rebelde, um revoltado contra as determinações sociais e se julga com o direito de auto-determinações sociais mesmo quando as suas iniciativas só podem causar embaraços aos benefícios que se lhes quer prestar. Os nossos morféticos parecem, até, bem cortado [sic] e educados, humildes e convencidos da necessidade de não se aproximarem das pessoas sãs. Há, entretanto, uma coisa a que não [sic] submetem: à reclusão e isolamento, únicos meios, entretanto, eficazes para evitar o contágio. [...] Para esta obra de saneamento devem colaborar o centro de saúde e a polícia. (ESTÃO..., 1940, p. 2).

Em meados de 1942, foi deflagrado, afinal, o grande e violento expurgo de todos os doentes da cidade. O precário leprosário local foi fechado, os mendigos acabaram recolhidos das ruas e praças, de modo que todos os enfermos, mesmo aqueles que trabalhavam e moravam com as famílias, foram conduzidos a Belo Horizonte, contra a sua vontade. “Entregues às profissões mais variadas, como se se tratasse de pessoas sãs, iam eles vivendo a sua vida, talvez inconscientes do perigo que constituíam para toda a cidade, e desta forma fugiam à ideia do internamento em Belo Horizonte”, indignava-se o jornal.

O redator conta que uma negra hanseniana, desesperada ao ser surpreendida em casa pela batida policial, entornou sobre a roupa o querosene de uma lamparina e ateou fogo às vestes. Muitas famílias tentaram esconder seus parentes, outros chegaram a subornar as autoridades, mas, no final da operação, segundo o jornal, 45 enfermos passaram a noite em uma pequena casa “toda circundada de muros” antes de serem definitivamente internados. Mesmo assim, o repórter garantia que os lazarentos estavam bastante felizes com a polidez das autoridades. “Foi a melhor impressão que colhemos do abarracamento provisório dos leprosos. Todos estavam visivelmente satisfeitos com a visita do prefeito Whady Nassif, que com as suas maneiras lhanas e democráticas entreteve larga palestra ora com um ora com outro dos concentrados.” *O Lavoura e Comércio* celebrou com entusiasmo a “limpeza geral” e louvou a prefeitura por ter libertado a cidade da “terrível ameaça que pesava sobre seu futuro”. (Os ÚLTIMOS..., 1942, p. 6).

“Não há torpeza hoje, pois, que não se cubra de um verniz dourado” observou o jornalista Ferreira (1927, p. 169) referindo-se a Uberaba.

Considerações finais

Um teatro social da consagração pública, tal como o propomos, constitui-se por meio de uma permanente encenação coletiva de um conjunto de atores sociais que, em uma verdadeira construção literária da realidade, se enredam em uma dramaturgia coletiva para disputar o privilégio de representar determinados papéis e, conseqüentemente, de receber a maior parte dos aplausos. Esse empreendimento implica atuar no imaginário social para construir o cenário, armar o palco, elaborar personagens, acomodar os atores, articular a trama e definir o público, estabelecendo, assim, as condições objetivas da confabulação.

Com tudo isso, pretendemos destacar a função propriamente política das colunas sociais e do noticiário lisonjeiro que caracterizava o jornalismo do interior de Minas Gerais – e, naturalmente, de grande parte da imprensa interiorana nesse período. Mais do que apenas satisfazer o narcisismo das elites, as considerações de estima das colunas sociais funcionavam como uma marca simbólica, para que os indivíduos assinalassem sua distinção, legitimassem seu domínio, demarcassem seu espaço na imaginação da cidade e, conseqüentemente, circunscrevessem as oportunidades sociais a um conjunto bastante restrito de uberabenses *conceituados* e *benquistos*. Ou seja, receber menções elogiosas na imprensa e participar desses grupos carregavam esses sujeitos de uma simbologia de *status* e, desse modo, ampliavam-se as possibilidades de ascensão social – ou de manutenção da posição de classe.

Ao conquistar visibilidade ostentando o signo da admiração pública, o sujeito elogiado nos jornais tinha mais chances de ser convidado para exercer funções de destaque nas empresas, para ocupar cargos públicos de primeiro-escalão, para assumir diretorias remuneradas de clubes e associações, entre outras vantagens. A distinção também fazia com que esses atores sociais fossem convidados especiais em reuniões, festas particulares e bailes de formatura, estabelecendo círculos com outros atores do mesmo grupo de influência e fechando ainda mais a probabilidade de desfrutar privilégios sociais. Por fim, a aura da elegância, da instrução e do altruísmo legitimava a truculência dos expurgos e o autoritarismo que era empreendido em nome dos mais altos valores sociais. Por tudo isso, naquela sociedade provinciana e empobrecida, as colunas sociais não serviam apenas à vaidade ou a um narcisismo fortuito das elites, mas tinham uma função predominantemente política e econômica.

Naquela sociedade historicamente marcada pela cultura do mandonismo, a etiqueta social e o discurso da polidez contribuiriam de modo decisivo para a legitimação dos procedimentos violentos de coerção social de uma elite que se queria civilizada no século XX.

Referências

- BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. *Enciclopédia Einaudi: Anthropos – Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985. v. 5.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 1985.
- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1995.
- _____. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994. 1.v.
- FERREIRA, Orlando. *Terra madrastra: um povo infeliz*. Uberaba: O Triângulo, 1928.
- FONSECA, André Azevedo da. *A construção do mito Mário Palmério: um estudo sobre a ascensão social e política do autor de Vila dos Confins*. São Paulo: Unesp, 2012.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1996.
- REZENDE, Eliane Mendonça Marquez de. *Uberaba: uma trajetória socioeconômica (1811-1910)*. 1983. 99 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1983.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Revista Estudos Históricos*, São Paulo, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.
- SANTOS, Boaventura de Souza. Para além do pensamento abissal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais/ Universidade de Coimbra, v. 78, out. 2007.
- STAROBINSKI, Jean. *As máscaras da civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Fontes primárias

ANUÁRIO Estatístico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946.

ANUÁRIO Estatístico do Brasil 1941/1945. Rio de Janeiro: IBGE, v. 6, 1946.

A INAUGURAÇÃO do edifício do Jóquei Clube de Uberaba. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 1º jan. 1940. p. 1.

BOCA do povo. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 21 abr. 1944.

CENTRO de cultura e civilização. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 26 maio 1942.

CULTO de saudade de D. Francisca Cândida Guarita. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 1º nov. 1940.

ESSE Fernando Terra... *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 2 jan. 1940. p. 1.

ESTÃO chegando morféticos a Uberaba. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 19 mar. 1940.

É PRECISO ajudar as criancinhas. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 19 set. 1940.

FOI ASSINADO ontem o decreto instituindo o salário mínimo em todo o país. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 2 maio 1940.

FOI uma festa de elegância e de beleza a inauguração da sede do Jóquei Clube. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 2 jan. 1940.

FUNDAÇÃO Uberaba para menores abandonados. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 12 nov. 1940a.

FUNDAÇÃO Uberaba pró menores abandonados. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 22 ago. 1940b.

LATERZA, João. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 20 mar. 1940.

LEPROSOS em Uberaba: o que não se deve e o que se deve fazer. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 13 jan. 1941.

MENDONÇA, José. O maior dia de Uberaba. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 6 jul. 1948.

MOLEQUES destruidores. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 13 dez. 1940.

MOLEQUES insuportáveis. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 1º abr. 1942.

NATAL das telefonistas. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 27 dez. 1940.

O CINCOENTENÁRIO de “Lavoura e Comércio”, *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 15 jun. 1949.

O PROBLEMA da lepra em Uberaba. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 11 fev. 1941.

O PROBLEMA dos menores de Uberaba. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 7 mar. 1940.

O PROBLEMA dos menores em Uberaba está se tornando um caso de polícia. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 1º out. 1948.

OS BELOS gestos de caridade. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 6 mar. 1941.

OS LEPROSOS de Uberaba serão imediatamente recolhidos à colônia de Santa Izabel. *Lavoura e Comércio*, 12 fev. 1941.

OS LINDOS gestos de caridade. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 8 nov. 2007.

OS ÚLTIMOS hansenianos do município de Uberaba seguem amanhã para Belo Horizonte. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 11 set. 1942.

REUNIU-SE o Rotary Club de Uberaba. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 14 mar. 1940.

SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 16 fev. 1956.

SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 24 set. 1940a.

SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 24 out. 1940b.

SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 9 nov. 1940c.

SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 12 nov. 1940d.

SOCIAIS. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 16 dez. 1940e.

UBERABA, metrópole do Triângulo Mineiro. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 15 jun. 1942.

UM ATO de grande caridade. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 7 dez. 1940. p. 2.

UM GESTO de alta filantropia. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 6 mar. 1941.

UM PROBLEMA que cresce em gravidade e exige solução imediata. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 6 nov. 1940.

VAI ser fichada a mendicância de Uberaba. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 20 nov. 1940.

VIDA social. *Lavoura e Comércio*, Uberaba, 11 nov. 1940.

